

Igreja de São Pedro

A IGREJA DE SÃO PEDRO foi o segundo templo a ser construído em Leiria, a seguir à igreja de Santa Maria, no interior do castelo. Segundo alguns autores, a dita igreja de São Pedro data de finais do século XII, enquanto outros preferem atribuí-la à centúria seguinte. Saúl Gomes é da opinião que a edificação da igreja de São Pedro data do último terço do século XII.

Mário Barroca identificou diversas epígrafes provenientes da igreja de São Pedro. A primeira tem a data interrogada de 1180 e o seu paradeiro é desconhecido. Segundo este arqueólogo, a leitura proposta é a seguinte

... SO D A / ... LOPVS / E : M : CC : XVIIIª / ...

Assim, Mário Barroca propõe recuar as balizas cronológicas da igreja de São Pedro para 1180. O mesmo autor afirma que Saúl Gomes defende que a paróquia de São Pedro de Leiria já se encontrava estruturada e em funcionamento cerca de 1150.

Do ano seguinte, também de data interrogada de 9 de abril de 1181, é uma inscrição funerária de um presbítero, hoje desaparecida, e que se encontrava gravada na face exterior da parede ocidental da igreja de São Pedro. Segundo Mário Barroca a leitura é a seguinte

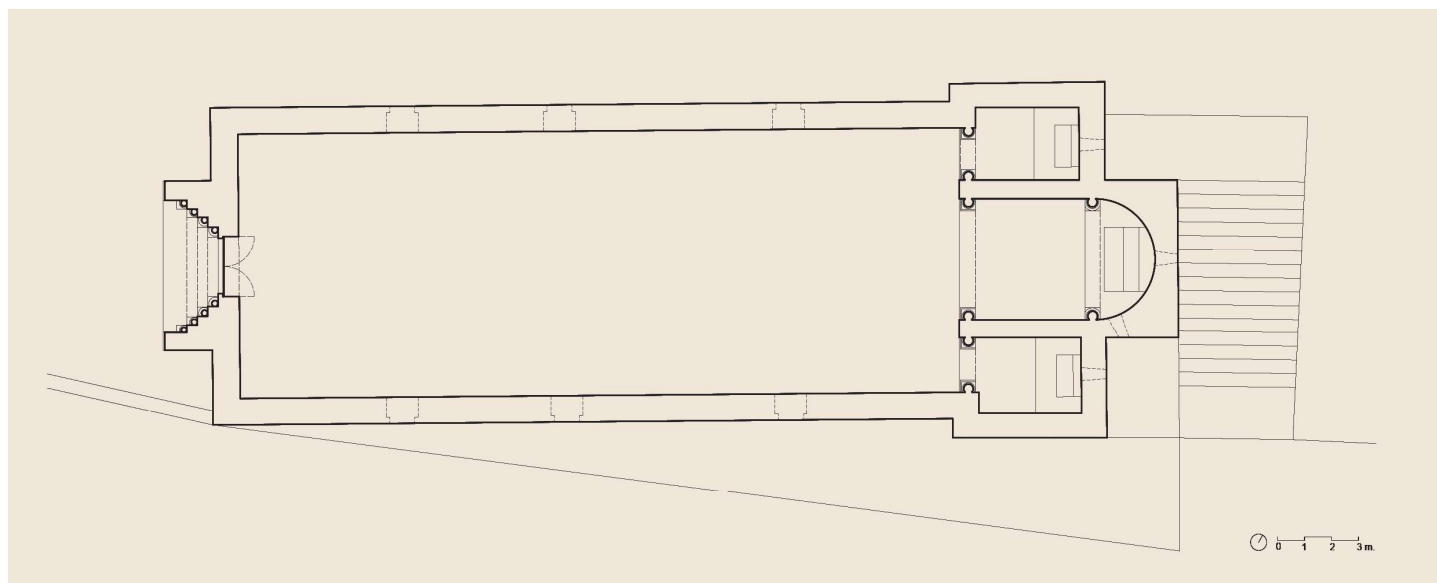
V IDVS APRILIS / OBIIT SIL...IVS / ...RI PRESBITER ERA /
M : CC : X : ... II

De 9 de outubro de 1199 data uma outra inscrição funerária, também desaparecida, de um confrade de Santa Cruz, o que não causa estranheza em virtude da articulação existente entre a igreja de São Pedro e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. A leitura proposta por Mário Barroca é a que segue,

VII Idus Octobris Obit / Iohanes Eitaz Confr(ater)
sancte / Crucis. Anima Eius Requiescat / In Pace. Amen.
Era M : CC : XXX : VII.

Perspetiva geral da implantação da igreja a partir do Castelo de Leiria





Planta

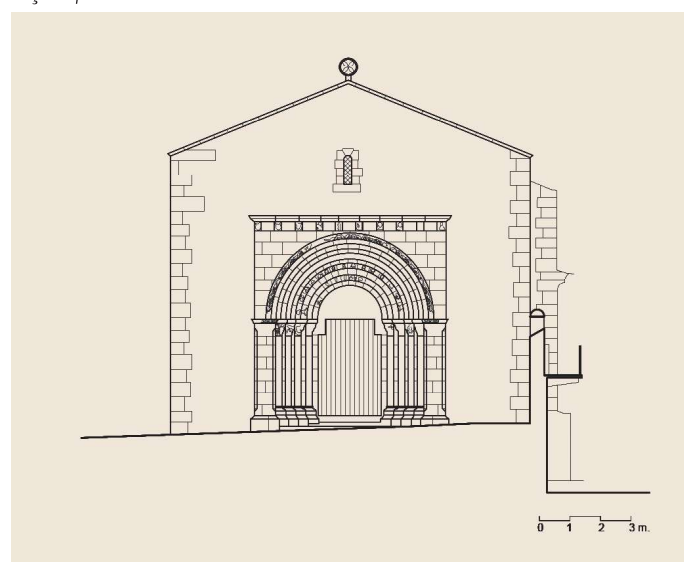
Em 1200, esta igreja de São Pedro de Leiria é referida num documento que se reporta a uma contenda entre o bispo de Coimbra e o Mosteiro de Santa Cruz, sobre direitos eclesiásticos. Leiria pertencia, eclesiasticamente, ao bispado de Coimbra, mas D. Afonso Henriques concedera, em meados do século XII, o eclesiástico de Leiria ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, com o consentimento dos bispos de Coimbra e Lisboa. O prior, ou vigário, da igreja matriz de Santa Maria da Pena prestava obediência ao prior-mor de Santa Cruz. São também conhecidos vários conflitos entre o bispo de Coimbra e as Ordens Militares, no que diz respeito a direitos episcopais. A Ordem do Templo possuía vários bens em Leiria e no seu termo. Refiram-se ainda conflitos concelhios entre Leiria e o vizinho concelho de Pombal.

De 7 de maio de 1210 é a inscrição funerária de D. Beatriz, mulher de D. Rodrigo Egídio. Atualmente desconhece-se o seu paradeiro, mas segundo Fr. Nicolau de Santa Maria estaria junto da porta principal. A leitura proposta por Mário Barroca segue a do cronista Regrante,

Nonis Maij Obijt Dona Beatrix Uxor D. Roderici Egidi
Era M CC XL VIII

De acordo com D. João de Castro, autor do Boletim da DGEMN consagrado a esta igreja, D. Dinis terá doado a sua mulher, a rainha Santa Isabel o senhorio temporal de Leiria, indicando que esta promovesse ou custeasse alguns melhoramentos na Igreja de São Pedro. Contudo, e segundo o mesmo autor, poderemos estar no campo da conjectura quanto a esta informação pois não há qualquer notícia escrita que o certifique. A tradição atribui ainda a

Alçado poente



esta rainha a ermida do Espírito Santo, fronteira à Ponte Nova, datada do século XIV.

Em 1370, a igreja de São Pedro é ampliada por ordem de D. Estêvão Esteves, cónego de Santa Cruz e prior da colegiada da Pena. Nas imediações da igreja de São Pedro localizavam-se os paços do concelho, as duas residências reais, celeiros e adegas de grandes senhorios, o que reforça a importância da referida igreja.

Só voltamos a encontrar informações sobre esta igreja de São Pedro alguns séculos mais tarde. Em 1527, Simão Álvares, vedor das obras do cardeal e clérigo de Nossa Senhora da Pena, assinalava que o madeiramento do teto da igreja de São Pedro estava a cair e que necessitava urgentemente



Cabeceira

de obras. Tinha então três altares: o da capela-mor, de São Pedro, o de Nossa Senhora da Piedade e Santo António, do lado da Epístola, e o de São João Batista, do lado do Evangelho. Ainda no século XVI, o infante D. Henrique, enquanto prior-comendatário de Santa Cruz de Coimbra, ordenou a substituição do madeiramento do telhado.

Depois da igreja da Pena, também a igreja de São Pedro teve honras de sé até 1574, ano em que o Cabido se mudou para a nova catedral. O Cabido leiriense, quando transitou com o bispo D. Fr. Gaspar do Casal para a nova sé levou consigo todos os objetos de maior valor que havia na igreja de São Pedro, que ficou despojada das suas alfaías litúrgicas.

Em finais do século XVII, ou inícios do século seguinte, com o objetivo de aumentar o templo, a sua frontaria foi deslocada mais para ocidente. O facto de os alçados da igreja apresentarem revestimento a cal não nos permite confirmar esta ampliação. Além disso, ressalva D. João de Castro, que "nenhum dano de gravidade sofreu o magnífico pórtico que a adorna desde os remotos dias da fundação".

O Padre Carvalho da Costa, no início do século XVIII, afirma que a paróquia de São Pedro estava dentro de muros e que tinha dois curas. Nada diz quanto à sua igreja.

Nas Memórias Paroquiais de 1758, o seu redator ainda se refere à igreja de Santo Estêvão que, sabemos, também era edificada segundo o gosto românico e se localizava no bairro com o mesmo nome. Assinala ainda que o castelo sofreu muitos estragos pelas "injurias do tempo", agravados pelo terramoto de 1755. Quanto à "ermida" de São Pedro reporta apenas que se localizava fora da cidade.

No século XIX a importância da igreja de São Pedro decaiu, foi abandonada e utilizada para outros fins que não os eclesiásticos: foi celeiro, teatro, depósito de madeiras e trapos e ervaçal. Naturalmente que esta alteração de uso contribuiu, por um lado, para a dessacralização do lugar e, por outro, para a sua transformação e perda de valor patrimonial e artístico. Explica-se assim a urgência da intervenção de restauro realizada na década de 1930 pela DGEMN e que justificou a publicação do Boletim que a relata em 1939, com o número 12 da coleção. D. João de



Alçado oeste

Castro, que assina a “Notícia Histórica” consagrada a esta igreja, começou logo por lamentar a sua “lenta e cruel agonia” que resultou na sua falta de conservação. Consciente da perda eminente da igreja, em avançado estado de degradação, que a ausência de cobertura tendia a agravar, encetou então a DGEMN uma profunda ação de restauro que procurou devolver a Leiria o templo na sua dignidade. A intervenção focou-se, é certo, primeiramente em questões de ordem estrutural como a consolidação das paredes da nave e abside e respetiva abóbada, construção completa da cobertura da nave e respetivo telhado, repavimentação de toda a igreja e substituição de cantarias na abside. No portal oeste foi colocado um tímpano, liso, substituíram-se cinco colunas e ainda se colocaram alguns cachorros para completar a legibilidade do conjunto.

De notar que, estando nós na década de 1930, se assume no Boletim de forma clara quais foram os critérios que presidiram à intervenção, quando se diz que “tudo se reparou prudentemente, sem nenhum pecado de fantasia arquitectónica, segundo o critério sempre adoptado pela

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Assim, o que faltava no friso não foi substituído por qualquer obra de imitação, mas somente por pedra inteira, sem lavores”.

Orientada, a igreja de São Pedro de Leiria destaca-se no contexto do românico português pela forma como os seus alçados se apresentam hoje caiados de branco. Edificada em alvenaria e calcário, apenas os cunhais e nas guardas dos vãos este material pétreo surge visível. O contraste é evidente.

A igreja desenvolve-se em nave única, muito longa, com cobertura em madeira a que corresponde um telhado de duas águas, obra do restauro. A cabeceira destaca-se pela singularidade da sua planimetria. Compõe-se de abside abobadada, de planta retangular no exterior e semicircular no interior. É, portanto, definida por dois tramos, marcados pela presença de um arco toral para sustentação da abobada. Ladeiam-na dois absidiolos, também encerrados por abobada, de berço, e que são bastante mais baixos e estreitos que esta. A sua planta é retangular e a diferença

volumétrica exterior é acentuada pela sua cobertura com telhado de uma água. A abside tem telhado de três águas. É ao nível dos arcos que permitem a comunicação desta cabeceira tripartida com a nave que iremos encontrar alguns dos mais significantes elementos românicos desta igreja.

O alçado este da igreja é marcado pela volumetria escalonada da abside tripartida. Os seus paramentos encontram-se revestidos a cal branca, contrastando com estes o calcário visível nos cunhais da abside, dos absidiólos e do topo da nave, bem como aquele que delimita as frestas, estreitas e de pequenas dimensões, que rasgam a abside a este e nos seus alçados laterais, bem como os absidiólos, também a este.

Encontramos na cabeceira uma cachorrada notável pela sua variedade temática e que se estende aos absidiólos onde, igualmente, suporta uma estreita cornija. O facto de se ter recorrido ao calcário para a sua conceção permitiu um maior naturalismo no gesto e nas formas executadas. Além das formas de natureza geométrica, onde se destacam os rolos e círculos incisos encadeados, identificamos a prevalência da figuração humana, representada quer sob a forma de bustos

que ocupam todo o quadro do capitel, quer em corpo inteiro. Alguns cachorros convocam, pela sua forma, focinhos de animais. Dentro da temática animalista, pelo menos em dois cachorros, repete-se o tema das duas aves que se confrontam e que parecem debicar, partilhando, o que poderia ser uma representação sintetizada de um fruto. Outros cachorros são lisos, podendo constituir obra do restauro.

A nave, talvez porque seja mais tardia, ou porque foi efetivamente ampliada para ocidente, não apresenta nos seus alçados laterais elementos que convoquem a época românica. Um beiral sem decoração sustenta o telhado e os vãos de iluminação são quadrangulares e com sua grade.

O acesso ao interior da igreja faz-se apenas pelo portal ocidental, considerado um dos mais notáveis elementos desta igreja. Concebido em calcário, ocupa a quase totalidade da fachada oeste. Envolve-o pano murário caiado de branco e rematado nos cunhais por calcário aparente. O portal é encimado por estreita fresta com moldura em calcário, obra do restauro que substituiu um janelão retangular com sua grelha, e a empena da igreja é rematada por cruz vazada inscrita em círculo.

Alçado oeste. Portal





Interior. Perspetiva geral da nave a partir do lado ocidental

Manuel Real enfatizou a delicadeza deste portal, sendo um dos primeiros autores a ligá-lo à produção coimbrã da época. Ao nível estrutural, o seu arranjo recorda o modelo de portal que a partir da Sé-Velha de Coimbra se disseminou em igrejas como Santiago ou de São Salvador da mesma cidade e, a partir destas, por outras, em centros de produção artística mais afastados, como a sé do Porto ou as igrejas edificadas, já numa cronologia posterior, na bacia do rio Sousa. Enquadra-se o portal em corpo avançado, delimitado na parte superior por cornija sustentada, não por arquinhos como acontece nas regiões de Coimbra ou do Sousa, mas por pequenos cachorros. Distribuídos

por todo o corpo avançado, apesar do desgaste, há uma aproximação ao nível formal e temático entre estes cachorros e os modelos da cabeceira, pelo que podemos conjecturar serem obra do mesmo capiteleiro. Imperam os motivos animalistas, marcados pelos focinhos de animais e as figurações humanas, de corpo inteiro ou a meio corpo, convocando a forma do atlante ou da figura que irrompe do quadro do próprio cachorro.

O corpo avançado, nobilitando o conjunto, assume-se como um recurso que cria profundidade ao portal, dando-lhe escala. Enformado por quatro arquivoltas de volta perfeita e sustentadas por elegantes colunas de tambor

cilíndrico, o conjunto é envolvido por arco onde se desenha uma delicada hera estilizada. A solução decorativa das arquivoltas assume-se pela originalidade temática no contexto do românico português. Um toro diédrico marca presença em todas elas. Contudo, na segunda e na terceira arquivolta vemos em cada uma das aduelas a representação de pequenas figuras humanas que, sentadas, seguram o toro com ambas as mãos, num gesto que nos parece recordar uma vontade de não o deixar cair. Não fora o desgaste sofrido pelo conjunto, para o qual concorre o facto de a obra ter sido concebida em calcário, material pétreo menos resistente que o granito, e estaríamos seguramente diante de um conjunto impactante. Contudo, de relevar alguma dificuldade do artista na conceção destas representações, cujo gesto é mais hirto que natural. A representação de figuras sentadas nas aduelas e a segurar um toro surge nalgumas igrejas francesas ou na região da Catalunha. Salvaguardadas as devidas diferenças formais e iconográficas, encontramos figuras sentadas sobre banco corrido na igreja de Santo Domingo de Soria ou no portal norte da igreja da Colegiada de Santa Maria Maior de Toro. Muito desgastada, a arquivolta interna surge sem ornamentação. Tudo indica que terá tido o seu toro e, talvez, figuras a segurá-lo.

O tímpano e respetivas mísulas são obra do restauro realizado na década de 1930. São lisos e as suas arestas surgem bem facetadas, acentuando a contemporaneidade da intervenção e a opção pela diferenciação dos elementos através da técnica conhecida como *anastilosis*.

A imposta que sustenta o registo superior do portal prolonga-se ao modo de friso por todo o corpo saliente. Apesar do desgaste da maior parte das peças que a compõem, era ornamentada com finos motivos vegetalistas recortados no calcário como que enformando um rendilhado. Também os capitéis se encontram muito desgastados, recordando quão brando o calcário pode ser e quão difícil é a conservação das formas nele esculpidas. Prevalecem contornos das formas originais que nos permitem adivinhar a representação de animais com a cabeça a unir-se no ângulo do cesto, a representação de motivos vegetalistas e a presença marcante de temas fitomórficos. Ao nível dos fustes é bem notória a diferença entre aqueles que são obra do restauro e que substituíram os primitivos, da época românica. As colunas são sustentadas por bases áticas sobre plintos que as elevam.

É na cabeceira que persiste o mais significativo elemento românico da igreja. Muito embora durante as obras de restauro se tivesse construído os altares de pedra que vemos na abside e nos absidiolos, a verdade é que aqui a intervenção se restringiu praticamente à substituição de cantarias.

Os elementos estruturais da abside, em calcário, são realçados pelo facto dos paramentos dos alçados e da abóbada estarem revestidos a cal branca. De sublinhar que uma das ações do restauro foi precisamente o “revestimento de todas as paredes e abóbadas, tanto na parte interior como na exterior, com os rebocos exigidos pela natureza da construção”. Assim, o arco toral, que demarca os dois tramos, afirma-se pelas suas aduelas lisas e facetadas. É sustentado por colunas embebidas onde os capitéis mostram folhas de acanto estilizadas, mas ritmadas na sua composição e na forma como se agarram ao cesto. As impostas ornamentadas com palmetas estilizadas prolongam-se ao modo de friso, de ressaltos, talvez obra do restauro por toda a cabeceira e por toda a parede fundeira da nave. Aqui ainda persistem algumas peças ornamentadas, enquanto que outras são lisas, seguramente obra do restauro. Sobre o friso assentam duas frestas que iluminam a nave a partir de este. Convém lembrar que estas foram intervencionadas durante as obras da década de 1930. Tal como a rosácea que existe sobre o arco triunfal, foram desentapadas e reparadas.

Melhor conservados são os capitéis do arco triunfal. No lado do Evangelho vemos uma elegante hera estilizada, cujos pés saem do colarinho e cujas folhas como que desenhavam uma dança na parte superior do cesto. Confrontante, vemos um capitel muito elaborado, no lado da Epístola. Aqui, motivos fitomórficos entrelaçam-se em torno do cesto, desenhando motivos ziguezagueantes. Nos ângulos do cesto vemos dois rostos de figuras fantásticas e híbridas. Sustentam estes capitéis uma arquivolta ornada com toro na face frontal e no tardo da aduela, que meias esferas monumentalizam ainda. Envolve o conjunto um arco que também mostra o mesmo motivo toreado. As meias colunas que sustentam o arco triunfal são formadas por tambores e as bases que as sustentam são semelhantes às do portal principal.

Com uma outra escala, os arcos que permitem a comunicação dos absidiolos com a nave replicam o esquema do arco triunfal. Com metade da sua altura e até da sua amplitude, apresentam uma arquivolta toreada envolvida por arco também ornado com toro. A imposta repete o motivo da imposta alta da abside. Os capitéis, bem conservados, afirmam-se pela sua escala que parece desproporcionada comparativamente à altura do fuste de tambores que os ampara e à amplitude do arco que sustentam. A sua qualidade é evidente e proporcionada pela forma como o capiteleiro dominou o desbaste do calcário. No absidiolo do lado do Evangelho vemos um capitel como folhas de acanto que se enrolam sobre elas próprias que, pela naturalidade do movimento, contrastam com as palmetas estilizadas



Interior. Capitéis da abside (esquerda) e do absidiolo do lado do Evangelho (direita)

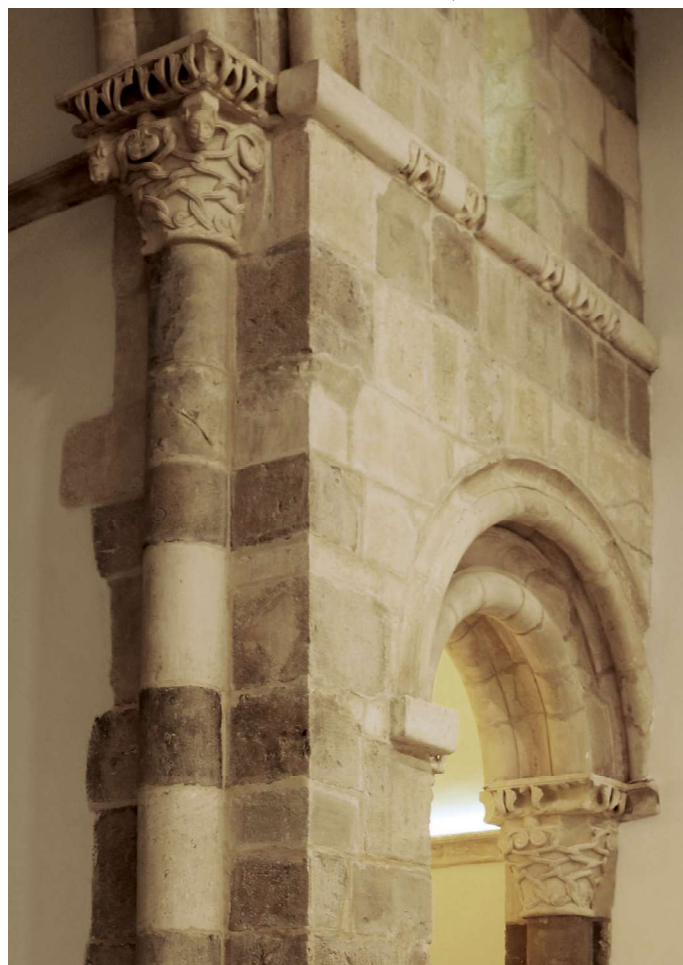


Interior. Pormenor da abide e do absidiolo do lado da Epístola

que se prendem ao cesto do capitel confrontante. No absidiolo do lado da Epístola replicam-se modelos já identificados na cabeceira. Este último, das palmetas mais estilizadas confronta-se com capitel semelhante ao do arco triunfal no qual se entrelaçam motivos fitomórficos.

Manuel Real considerou que os motivos vegetalistas dos capitéis da abside, ou seja, a flora aqui retratada, se aproximam daquela que se explorou na época românica nos estaleiros sediados em Lisboa, encontrando paralelismos entre os capitéis desta igreja e alguns dos do portal oeste da sé de Lisboa e semelhanças evidentes com peças provenientes de Sintra.

A igreja de São Pedro é a única das igrejas de Leiria, edificadas durante a época românica, que ainda subsiste. Apesar das vicissitudes sofridas ao longo do tempo, dos vários usos que teve após a desativação do culto no século XIX e das opções tomadas durante as obras de restauro, a igreja de São Pedro de Leiria permanece como um caso singular no contexto do românico português. Em calcário, o seu portal e a sua cabeceira afirmam-se pela diferença das formas e dos motivos. Se o portal convoca possíveis ligações aos estaleiros de Coimbra pelo recurso ao corpo avançado, lembra-nos ainda pelos motivos das aduelas que na época românica havia uma efetiva circulação das formas e dos artistas, mas também uma permeabilidade e recetividade à novidade. A sua cabeceira é das partes mais interessantes, de plano tripartido, com uma decoração que



Manuel Real considera já ligada aos estaleiros lisboetas, nomeadamente nos motivos dos capitéis do arco triunfal.

Estas afinidades formais e plásticas com os estaleiros de Coimbra e de Lisboa permitem-nos conjecturar estarmos diante de um estaleiro precoce no contexto do românico português. A igreja de São Pedro de Leiria datará, então, provavelmente de finais do século XII ou princípios do século XIII. Após a obra de restauro realizada pela DGEMN entre 1933 e 1937, foi aberta ao culto em 1940. Pelo decreto n.º 136 de 23 de junho de 1910, a igreja de São Pedro de Leiria foi classificada como Monumento Nacional.

Texto: MLB/JL - Fotos: MCS/M/JNG
Planos: MF/MS/NB (sobre SIPA-DGPC)

Bibliografia

BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 162 (de 1180 (?), Insc. n.º 168 (de 1181 (?), abril, 09), Insc. n.º 207 (de 1199, outubro, 09), Insc. n.º 264 (de 1210, maio, 07); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 184 (de 1180 (?), Insc. n.º 190 (de 1181 (?), abril, 09), Insc. n.º 236 (1199, outubro, 09); COSTA, A.C., 1706-12, III, pp. 97-98; DGEMN, 1938a; CEPB, 1935-60, XIV, pp. 840-841; GOMES, S.A., 1997, pp. 143-204; GOMES, S.A., 2009, pp. 390-396; GOMES, S.A., 2017, pp. 21-54, 70, 107-130 e 151-186; LACERDA, A., 1942-53, I, pp. 266 e 265; LENCART, 2018, pp. 319 e 348; MEM. PAROQ. 1758 (2021), pp. 324-327; PATRIMÓNIO CULTURAL; REAL, M.L., 1974, I, pp. 354-355; REAL, M.L., 1982-83, pp. 41 e 539; SANTOS, R., 1955, p. 41; SEQUEIRA, C.M., 1955, pp. 61-62; PORTAL DO ARQUEÓLOGO; SIPA.